



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009617-25.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Produção Antecipada de Provas - Dever de Informação**
 Requerente: **Alessandra da Gloria Signorini Vietta**
 Requerido: **Losango Promoções de Vendas Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Cuida-se de ação de produção antecipada de provas em que se busca a exibição de contrato celebrado entre as partes, que originou a negativação do nome da autora junto ao cadastro de órgãos de proteção ao crédito.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 07/16.

A gratuidade foi deferida (fl. 17). Admitida a produção antecipada da prova na mesma decisão.

Com a citação (fl. 28), adveio contestação (fls. 38/400). O banco réu alegou que não houve qualquer pedido administrativo, sendo desnecessária a interposição de ação judicial. Alegou que a autora conta com cópia do contrato, entregue no momento da formalização do negócio. Requereu a extinção do feito sem julgamento do mérito, e a não condenação do requerido em custas e honorários. Juntou o documento requerido às fls. 47/71.

Réplica às fls. 74/77.

É o Relatório.

Decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide.

Pois bem. De inicio, importante frisar que houve modificação no entendimento deste juízo.

A hipótese é de carência de ação por falta de interesse de agir. Isto porque, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, pacificou a controvérsia sobre os requisitos para o ajuizamento de medida cautelar de exibição de documentos, a saber:

1009617-25.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. PEDIDO PRÉVIO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. NECESSIDADE. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte tese: A propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária. 2. No caso concreto, recurso especial provido (REsp. 1.349.453-MS, Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, j: em 10/12/14 e DJe: 02/02/15).

No caso em tela, não foi comprovado o pagamento do custo efetivo para obtenção do documento. Neste sentido o Tribunal de Justiça de São Paulo já decidiu:

"Cautelar. Exibição de documentos. Entendimento consolidado pelo STJ, em arena repetitiva (REsp. 1349.453). Interesse de agir. Necessidade de comprovação da relação jurídica existente entre as partes; prévio pedido administrativo não atendido em prazo razoável e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização de autoridade monetária. Pleito extrajudicial não demonstrado. Requisitos não preenchidos. Extinção escorreita. Sentença mantida. Recurso improvido. (TJSP, Apelação 1002661-14.2015.8.26.032, Relator (a): Sérgio Rui; Comarca: Araçatuba; Órgão julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 25/06/2015; Data do registro: 27/26/2015)".

Em recente acórdão de relatoria do Desembargador Carlos Abrão, decidiu-se que o pagamento prévio de tarifa é condição necessária ao ajuizamento de ação:

"Demais disso, o endereço informado ao final da solicitação administrativa difere daquele apresentado na inicial e do que provavelmente compõe o cadastro do autor da casa bancária, além do que encontra-se assinado por procurador, sem prova do envio da procuração, não obrigando a instituição financeira ao atendimento do pleito administrativo, em razão do sigilo bancário, além do prazo exíguo de apenas 20 dias concedidos ao requerido." nesse sentido: "Ação de Exibição de documentos – Indeferimento da petição inicial – sentença de extinção – recurso – ação ajuizada após o trânsito em julgado do REsp. 1.349.453/MS – ausente demonstração de relação jurídica existente entre as partes, de entrega de notificação extrajudicial e do recolhimento da tarifa bancária pelo serviço de emissão dos documentos – ausente interesse processual – sentença mantida – recuso desprovido." (TJSP, Apelação 1067032-75.2015.8.26.0100, d.J. 29/09/2016).

Analisando-se os autos, verifica-se, outrossim, que a notificação encaminhada ao requerido, constante à fl. 12 não é válida já que foi solicitado o encaminhamento da documentação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

para endereço diverso da parte autora, o que não é possível, já que configuraria quebra de sigilo de dados (art. 5º, XII, CF).

No entanto, houve o deferimento da produção antecipada de prova por este juízo, e o banco requerido veio aos autos e trouxe o documento solicitado (fls.47/71), satisfazendo a pretensão da parte autora. Desta forma, com os documentos trazidos junto da contestação, pode a autora avaliar se é caso ou não de ajuizar nova demanda.

Nos termos do artigo 382, § 2º do Código de Processo Civil, no procedimento de produção antecipada de prova, *“o juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoccorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas”*.

A questão das custas e despesas processuais deverá ser analisada em possível ação principal, quando da existência de vencido e vencedor, visto que essa demanda visou apenas a produção da prova.

Quanto aos honorários advocatícios, cada parte deverá arcar com a verba de seu patrono, não cabendo falar em sucumbência. Neste sentido o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS – SUCUMBÊNCIA – DESCABIMENTO- A ação cautelar de produção de provas visa garantir direito da parte e não tem cunho condenatório, pela ausência de lide, cabendo ao juiz apenas a homologação do prova produzida. Recurso improvido. (TJSP: APL 00092425420098260038. 15ª Câmara de Direito Privado. Publicação 30/08/2016. Julgamento 16 de Agosto de 2016. Relator Denise Andréa Martins Retamero)

Ante o exposto, **HOMOLOGO** a prova produzida antecipadamente. Friso que este feito atingiu seu objetivo com a apresentação das telas em que a requerida informa a ocorrência de inadimplência por parte da autora, as quais teriam ensejado a negativação.

Nos termos do art. 383, do NCPC os autos ficarão disponíveis por um mês, devendo, posteriormente ser arquivado definitivamente.

P.I.

São Carlos, 09 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**